

À LUZ DA “CIVILIZAÇÃO”: representações indígenas nas narrativas dos viajantes (MT, séc XIX-XX)

In the light of “civilization”: indigenous representations in voyagers' narratives
(MT, 19th-20th century)

Carlos Alexandre Barros Trubiliano¹

Artigo recebido em: 08/12/2019

Artigo aceito em: 07/02/2020

RESUMO

Na passagem do século XIX para o XX, o evolucionismo de Spencer, o racismo científico de Gobineau e as leis de Comte, exerciam forte influência no pensamento científico ocidental, norteavam políticas de Estado e serviam como justificativas de intervenções e incorporação de vastas regiões do globo à dinâmica de expansão do capitalismo. Neste contexto, tanto Mato Grosso quanto seus habitantes, majoritariamente indígenas, foram caracterizados como “hostis”, “bárbaro”, a espera de “colonização”, distante da “civilização”. Viajantes dos mais variados campos foram para o território até então desconhecido, em busca, além do “exótico”, de potencialidades econômicas. O objetivo do artigo é compreender a partir da análise discursiva dos relatos dos viajantes as representações do território e seus habitantes.

PALAVRAS-CHAVE: Representações; Indígenas; Mato Grosso

ABSTRACT

Crossing the threshold of the 19th to the 20th century, Spencer's evolutionism, Gobineau's scientific racism and Comte's laws, exerted a strong influence on Western scientific thinking, guided State policies and served as interventions justifications and incorporation of large parts of the world to the dynamics of capitalism expansion. In this context, both Mato Grosso and its mostly indigenous inhabitants were considered as “hostile”, “barbaric”, waiting for “colonization”, distant from “civilization”. Travelers from several fields went to the hitherto unknown territory, seeking for economic potentials, besides the "exotic". The purpose of the article is to understand the representations of the territory and its inhabitants from discursive analysis of travelers' reports.

KEYWORDS: Representations; Indigenous; Mato Grosso.

¹ Professor adjunto de História, lotado no Departamento Intercultural da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Franca, carlos.trubiliano@unir.br

I - Introdução

Segundo Milton Santos (1997) a espacialidade ou dimensão espacial, são práticas sociais que se manifestam na forma de relacionamento dos indivíduos com o espaço físico e simbólico. Para o geógrafo, o espaço, propriamente dito, é constituído pelo conjunto de *objetos* e *sistemas de ação*. Os *objetos* são condições materiais concretas, seja na sua forma natural, resultado das condições ambientais formadas ao longo de milhares de anos, ou de forma artificial, marcada pela intervenção da ação humana. Os *sistemas de ação* seriam o conjunto das práticas sociais estruturadas sob determinada dinâmica, sendo, portanto, as *ações* políticas, *ações* econômicas, *ações* jurídicas ou *ações* institucionais que intervêm no espaço.

Destarte, pensar as espacialidades é compreender propostas de organização social ao longo da História. No espaço é que as interações ocorrem, seja entre os indivíduos, seja em suas relações com as estruturas que dão sustentáculos às cosmovisões, negociações e idiosincrasias. Segundo Lefébvre (1991), o espaço não é neutro, sendo politicamente demarcado. Para o historiador de tradição marxista é no espaço a última instância que o grupo dominante impõe coerções aos grupos socialmente dominados. Neste sentido, Manuel Castells (1979) tratou das historicidades das relações sociais, uma vez que elas se materializaram no espaço.

O esquema teórico de análise utilizado neste ensaio considerou duas questões fundamentais: primeiro, a prática de apropriação do espaço, seja ela discursiva ou física, e segundo, a consequência que essa prática desencadeia, marcada pela dominação – física ou simbólica – do espaço.

Neste ensaio, a forma de acessarmos as compreensões sobre o espaço mato-grossense, na passagem do século XIX para o XX, foram os relatos dos viajantes, que têm se caracterizado, nos últimos anos, como fontes privilegiadas para escrever a história dos habitantes das regiões mais “afastadas” do Brasil.

A aspiração pela descoberta do “exótico” ensejou a produção de registros, científicos ou de outros tipos, acerca de territórios até então desconhecidos.² Diferentes interesses condicionavam o olhar dos viajantes, desde questões pessoais até pesquisas institucionais. Nas palavras de Alain Corbin, “não há outro meio de conhecer os homens do passado a não ser tomando emprestado os seus olhares, vivendo suas emoções” (CORBIN, 1989, p.7).

Interpretar o olhar desses viajantes pode orientar análises sobre o modo de ver e perceber o espaço que, para além dos diversos interesses, se projetava a partir do mesmo prisma: o do observador, estranho ao ambiente que está sendo investigado. Buscamos, neste ponto da pesquisa, compreender os parâmetros definidores de “progresso” e “civilização” que acabaram por atribuir uma identidade para Mato Grosso, configurando-o como uma “região” – ou seja, um espaço geográfico e social, cujas características naturais e culturais definiriam o seu lugar específico na geografia e na história do “mundo civilizado”. Dessa maneira, localizamos nosso leitor no tempo, no espaço e no homem mato-grossense, em especial as populações indígenas.

Viajar para Mato Grosso, em meados do século XIX e início do XX, era aventurar-se rumo a uma parte do globo considerada incógnita. O viajante que partisse da capital do Brasil em direção a Cuiabá teria que dispor de, no mínimo, um mês, caso optasse pelo navio a vapor, ou de três a quatro meses se a rota fosse terrestre.

Nas palavras de Karl von den Steinen, Mato Grosso situava-se no “coração da América do Sul”, sendo ali o próprio “confim do mundo” (STEINEN, 1942, p. 23). Por meio da escrita do etnólogo alemão, temos dimensão do isolamento da região. Steinen fez minuciosa descrição das léguas percorridas ao longo de “cansativos” dias, marcados por “percalços de viagem”. A narrativa foi construída de modo a levar o leitor a se deparar com um lugar perdido no tempo e no espaço,

² Como informa Eric Hobsbawm, em meados do século XIX, até mesmo nos melhores mapas europeus, imensas áreas de territórios da África, Ásia Central, do interior da América do Sul e partes da América do Norte e Austrália estavam marcadas em branco. (HOBSBAWM, 1979, p. 68.)

separado de qualquer vestígio civilizacional, isolado, intocado pelo homem, em meio à imensidão da mata virgem. A viagem transformava-se numa verdadeira odisséia, e o viajante era elevado à condição de herói de uma épica batalha contra os desconfortos causados por intempéries climáticas, doenças provocadas pelo ambiente hostil e os perigos (animais ferozes ou índios selvagens) que se escondiam nas matas.

A construção da noção de distância pelos viajantes é algo que chama a atenção – não apenas pelo tempo transcorrido na viagem, mas também pela ausência de estruturas urbanas e de poucas aglomerações rurais durante o trajeto. Para o passageiro, chegar a Cuiabá era percorrer um longo caminho através da paisagem inerte, sem sinal da presença do homem “civilizado” e apenas na companhia dos diversos povos indígenas que ocupavam a região.

Entre esta estação (fronteira do Brasil com o Paraguai) e Corumbá, cerca de 550 quilômetros pelo rio, ha duas pequenas aldeias de Índios, quatro ou cinco fazendas de gado e um forte e estação militar, tudo á margem do rio; para o interior não ha absolutamente brancos, e muito poucos Índios selvagens, que raro ou nunca chegam ao rio Paraguay. Passámos por quasi todas as fazendas de noite; vinham dias, iam dias, sem vermos sequer uma cabana, ou uma canoa, ou qualquer signal de vida humana (SMITH, 1922, p. 249).

A perspectiva de distância, considerada a origem dos viajantes, incorpora signos civilizacionais: na passagem do século XIX para o XX, a emergência dos vapores, telégrafos e trens (re)significou as distâncias, na medida em que permitiu o fluxo ininterrupto de pessoas, informações e, em especial, de mercadorias. A representação espacial, portanto, ligava-se à possibilidade de contato com o comércio, indivíduos e ideias. Desta maneira, ficar “longe” significava privar-se de todas as experiências e benefícios que somente a civilização propicia: “Que dulce es sentir el eco humano armonizado por la civilización” (BOSSI, 1865, p. 124).

A noção de espacialidades (Santos, 1997) partindo da ótica ocidentalizante foi elemento balizar da fronteira simbólica vista pelo olhar dos viajantes. A tradução da dicotomia civilização em oposição à barbárie se fez presente na leitura sobre o território mato-grossense. Portanto, do prisma estrangeiro até as interpretações das elites locais emergiu a construção de um imaginário entre civilização e barbárie que

justificou a dominação, em nome da civilização, do território mato-grossense e de seus habitantes, em especial os povos da floresta, considerados bárbaros.

II - O Espaço Mato-grossense

Mato Grosso, visto como um território a ser colonizado, marcado por limitadas vias de comunicação e parcas relações produtivas, conduz o imaginário do viajante para um lugar distante não apenas no espaço, mas, sobretudo, na dinâmica do tempo. Logo, no tempo da velocidade, da tecnologia e do aglomerado populacional, os elementos inerentes às cidades entram em choque com a natureza inerte. O tempo do “progresso” e da “civilização” distanciava-se à medida que o viajante se aproximava de Mato Grosso.

No final do século XIX, o geólogo estadunidense Herbert Smith, em viagem pelo Rio Paraguai, registrou uma estranha sensação de deslocamento em relação ao seu próprio tempo, diante do desconhecido:

Experiência estranha era esta de viajar por uma soledade aparentemente infinda, como se o nosso vapor moderno imergira súbito em algum país pré-histórico, onde o homem nunca plantara o pé e a natureza sonhava ainda da castidade primitiva! (SMITH,1922, p. 249-50).

Mato Grosso notabilizava-se por sua imensidão, sendo o segundo maior Estado da República em extensão territorial. Atrás apenas do Amazonas, englobava, até meados do século XX, as áreas que correspondem aos atuais Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia – totalizando uma superfície de 1.378.783,50 km², com uma população estimada em 191.145 habitantes, o que lhe conferia a menor densidade demográfica da federação, com apenas 0,139 habitantes por km² em 1912.³ Sobre a desproporção entre território e habitantes, Karl von den Steinen afirmou que,

³ Fonte para o cruzamento de dados: **População, superfície e densidade territorial do Brasil (1912) com o crescimento médio anual (1872-1912)** In: *Anuario estatístico do Brasil 1908 – 1912*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927. Exemplar disponível na Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Unidade estadual de Mato Grosso do Sul.

em Mato Grosso, caberiam Alemanha, França e Itália, e que sua população atual não seria suficiente para ultrapassar o “vigésimo sexto lugar na série de cidades alemãs!” (STEINEN, 1942, p. 37).

A baixa densidade populacional de Mato Grosso também foi relatada pelo expedicionário belga Ferdinand Nijs⁴: “sua população civilizada é de 50.000 habitantes, e pode-se avaliar em 10.000 o número de índios que aí vivem” (NIJS, 1901, p. 525). Embora os dados sejam conflitantes, o fato é que os dois números apresentados revelam a ocupação esparsa do território, e, por extensão, seu precário desenvolvimento, uma vez que, no início do século XX, a densidade populacional servia de parâmetro usualmente aceito para mensurar o progresso de uma dada localidade.

A percepção de “domesticar” a natureza conforme os propósitos da civilização – transformando territórios incultos em áreas de cultivo ou cidades, como medida de progresso – está presente, por exemplo, na obra de Augusto Comte. Em sua análise sobre a “dinâmica social”, o autor atribui à condensação populacional num dado espaço um dos fatores primordiais para o estabelecimento do progresso e da civilização (COMTE, 1978).

Edward W. Said chama a atenção para os elementos discursivos, um dos principais mecanismos imperialistas para legitimar a dominação. Ao utilizar o silogismo do dever “civilizacional”, o sistema ideológico ocidental estabelece

um enorme fosso entre o Ocidente civilizado, com seu tradicional compromisso com a dignidade humana, a liberdade e a autodeterminação, e a brutalidade bárbara daqueles que, por alguma razão – talvez genes defeituosos –, não conseguem apreciar a profundidade desse compromisso histórico (SAID, 1995, p.351)

Se pensarmos no discurso imperialista, apontado por Said, o conceito de civilização aparece como elemento que norteia a justificativa da expansão e da

⁴ Ferdinand Nijs foi um engenheiro e militar belga, enviado ao Brasil, em 1899, para supervisionar uma comissão responsável por avaliar as potencialidades econômicas e de investimentos em Mato Grosso, a pedido de empresas belgas.

dominação dos impérios, cujos alicerces estão atrelados a um conjunto de elementos políticos, religiosos, técnicos, sociais e morais que determinariam, em última instância, os pressupostos teóricos que formariam o processo civilizador do Ocidente.

O contraste entre a vastidão territorial do Mato Grosso e sua pequena população, bem como a constatação de que a maior parte deste espaço era desabitada ou habitada por povos indígenas foram determinantes para o estabelecimento da representação de Mato Grosso como um deserto selvagem e inóspito.

O imaginário sobre o espaço daqueles que se aventuravam a adentrar o sertão mato-grossense, a exemplo de Steinen, oscilava da visão paradisíaca – “Ah! Se o leitor pudesse chegar aqui para entusiasmar-se e regalar a alma nestas paragens!” (STEINEN, 1942, p. 57) – ao inferno na terra, devido às nuvens de mosquitos, aos animais ferozes, aos índios selvagens, ao clima insalubre, às febres malignas e às privações de toda espécie, situações que levaram o mesmo etnólogo alemão a constatar: “o que nos fascina é o que vemos, uma ou mais vezes, como turistas, porquanto só à ideia de viver aqui já sentimos horror” (STEINEN, 1942, p. 57).

III - O habitante mato-grossense

No que diz respeito às representações sobre os habitantes de Mato Grosso, nos escritos dos viajantes, homem e natureza não se apresentavam separadamente. A percepção da imagem desses sertanejos e de seus hábitos baseava-se na simbiose entre o ambiente hostil e a circunstância de viver na imensidão “vazia”. Na elaboração da imagem do mato-grossense, a presença indígena ocupou lugar central nos relatos dos viajantes – como objeto de estudo de etnólogos e naturalistas ou elemento que compôs o ambiente a ser explorado –, percebida mais como dado da paisagem natural do que contingente populacional. Nesse sentido, alguns estudos trazem não apenas a descrição geológica, climática, hidrográfica, da fauna e da flora da região, mas também observações etnológicas com informações sobre os índios, inclusive sugestões de como “aproveitá-los (...) como um recurso natural” (CASTRO, 1994, p.75).

No final do século XIX, o comerciante português Joaquim Ferreira Moutinho, em *Notícia sobre a Província de Matto Grosso*, estimava a população indígena na região: “Quanto á população aborigene faltão os precisos dados para avaliá-la; mas alguma razão ha de suppôr que não excede de 24,000 almas” (MOUTINHO, 1869. p. 115). Confrontando esses dados com a dimensão territorial de Mato Grosso, a ideia de espaço vazio e improdutivo é reforçada. Deste modo, a argumentação de Moutinho integrava um discurso mais amplo: o de que era dever do Estado colonizar o espaço e civilizar o gentio em nome do progresso.

Tem a provincia de Matto-Grosso uma população constante, segundo o calculo do sr barão de Melgaço de 24,000 almas, que não presta serviço algum. Referimo-nos aos indios bravios dispersos pelo seu vasto território, errantes, sem conhecimento ou idéa alguma da civilização. (...) A catechese d’esses indios é medida de summa importancia para a província, mas infelizmente o governo ainda não comprehendeu esta necessidade (MOUTINHO, 1869. p. 133-134).

Devemos alertar que a visão generalizante do índio enquanto obstáculo a ser superado pelo progresso não inviabilizou que diversas etnias fossem avaliadas em suas especificidades. Entretanto, nos relatos, é possível observar alguns pontos em comum nas apreciações. A princípio, diferenciavam-se os silvícolas “bravios” ou “selvagens”, considerados “violentos” e “traíçoeiros”, arredios à civilização ou sem qualquer contato com ela; e os “mansos”, avaliados como “pacíficos” e propensos à integração da vida civilizada. Em ambos os casos, o observador geralmente ressaltava a maior ou menor aptidão para o trabalho, bem como a capacidade de adesão aos valores ocidentais.

Diante desses critérios, as sociedades indígenas eram identificadas como “laboriosas”, possuidoras da aptidão para o desenvolvimento de atividades agrícolas, ou “indolentes” e “preguiçosas”. Contudo, indiferentes às características étnicas, os prognósticos dos viajantes, marcados por uma forte perspectiva evolucionista, apontavam que o civilizar dos índios era apenas uma questão de tempo.

Outra questão quanto à presença indígena no vasto território mato-grossense foi a sua identificação como elemento perigoso à vida dos civilizados. A constituição

da noção de Mato Grosso como um território violento é revelada também nos relatos de ataques de indígenas, o que contribuiu para elaborar a representação de um espaço inseguro, habitado por selvagens.

Em 1851, quando pela primeira vez viajamos para Cuyabá, em companhia do nosso amigo o sr. tenente coronel João Gualberto de Mattos, fomos cercados á noute pelos índios Coroados que nos forçarão a passar em vigília. A tropa deixou o encosto, e veio agglomerar-se em torno de nossa barraca, como costumão fazer quando sentem a catinga das onças ou dos índios (MOUTINHO, 1869. p. 29).

Além de um comportamento de segurança, possivelmente padrão mediante a um hipotético ataque ao acampamento, Mourinho cita outro elemento interessante que merece destaque: em sua narrativa, índio e onça são equivalentes – quanto ao perigo que representam, ao modo de agir e às características físicas. Ambos são identificados pelo odor, ou, nas palavras do autor, sua “catinga”, e se utilizam “traíçoeiramente” da noite. Logo, homem e natureza se confundem.

De modo geral, nas narrativas dos viajantes, a presença indígena molda a percepção estigmatizada de que o território mato-grossense era dominado pela barbárie⁵. Essa imagem em nada perde força quando se refere às representações sobre o segmento não-indígena da população local (GALETTI, 2000; BATISTA CORRÊA, 1995).

No final do século XIX, teorias como o evolucionismo social, o positivismo, o naturalismo e o darwinismo social exerciam forte influência nos homens da ciência e do Estado (SCHWARCZ, 1993). O que se observa nas descrições étnicas da população mato-grossense feitas pelos viajantes, presentes na imprensa e em documentos oficiais da época, é uma tentativa de “classificar” a população local.

A população da provincia é a mais mesclada que temos visto: ali se vê o bugre, o caboclo, o caburé, o cabra, o mulato, o negro e o branco; mas as raças principaes, são o branco, que é - o européu ou descendentes d’este, o negro- que é o africano e o índio que é puramente o brasileiro. Do crusamento d’estas raças, nasce o mulato que é filho de um branco e de

⁵ Joaquim Moutinho não traz em sua obra referências imagéticas de seus acampamentos.

uma negra, ou vice versa; o caboclo que é filho do branco com a índia, ou vice versa; o caburé que é filho do índio com a negra e vice versa; o cabra que é filho do mulato com a negra, etc... (MOUTINHO, 1869. p. 117).

Para Lília M. Schwarcz, a “sciencia” que chega ao Brasil no final do século XIX não era de caráter experimental, mas sim um modelo evolucionista e social-darwinista, originalmente popularizado enquanto justificativa para a ação imperialista de dominação. A compreensão sobre a miscigenação da população mato-grossense foi interpretada como uma deformidade, a exemplo das palavras do expedicionário belga Ferdinand Nijs:

Talvez vocês já tenham tido oportunidade de escutar pessoas se lastimarem da degeneração de nossas raças européias. (...) Deixem menosprezar estes descontentes, pois, é certo que após uma visita a Mato Grosso eles se regozijariam de pertencer à nossa raça (...). Imaginem vocês, pessoas de tez uniformemente pálida e doentia, preguiçosas, atingidas por uma espécie de languidez indolente que formarão uma imagem do aspecto físico dos habitantes de Mato Grosso. (...) Não. Esta raça é muito feia. Apesar do pó de arroz e dos fortes perfumes utilizados com frenesi pelas mulheres (...) elas em nada são comparáveis às nossas companheiras (NIJS, 1901, p. 526).

A miscigenação era avaliada como entrave ao progresso de Mato Grosso, uma vez que o índio e o africano, considerados “raças inferiores”, representavam a maioria na população local.⁶ Diante dessa “perniciosa” influência, o mato-grossense era qualificado, nos relatos dos viajantes, como “indolente”, “preguiçoso”, pouco afeito a “habitus” e propensões psicológicas peculiares ao homem civilizado. Entre os séculos XIX e XX, podem ser lidas apreciações sobre os malefícios da miscigenação dos brasileiros em relatos de viajantes europeus que estiveram em outras regiões do país, a exemplo, entre outros, dos relatos de Johann. B. Spix e Karl. Ph. Martius (1817-20), Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822) e Emmanuel Pohl, (1817-21), Louis Agassiz e Elisabeth Cary Agassiz (1865-66).

⁶ O pesquisador Valmir Batista Corrêa (1976), em seu Mestrado, analisou os dados populacionais de Mato Grosso de 1815. Entre a “população livre”, a predominância seria de mestiços, com 7.908 indivíduos; em relação aos brancos, somavam 5.813 indivíduos, e negros, 2.656 indivíduos. Quanto à “população de escravos”, foram registrados 9.319 negros e 1.569 mestiços. Logo, em termos globais, no início do século XIX, Mato Grosso possuía uma população de 10.888 negros, 9.477 mestiços e 5.813 brancos.

Os viajantes – em muitos casos funcionários de potências imperiais, industriais e financistas que se empenhavam em conhecer e “desbravar” espaços “remotos” (“vazios” e/ou “pouco povoados”, deslocados de um tempo cuja essência era o “progresso”) – partilhavam um olhar civilizador e buscavam, nas teorias evolucionistas de Herbert Spencer, nas leis de desenvolvimento da sociedade de Comte e no racismo científico de Arthur de Gobineau, as justificativas para intervir em vastas regiões do globo, incorporando-as à dinâmica de expansão do capitalismo. Tal operação foi conceituada por Fernando Coronil de “ocidentalismo” (CORONIL, 2005).

Neste sentido, eles consideravam que as populações negras ou mestiças, habitantes de regiões como Mato Grosso, estariam ainda num estágio inferior de “civilização”, próximo à “barbárie”. Quanto às etnias indígenas, insistimos: os viajantes acreditavam que elas viviam em estado de completa “selvageria”. Essa percepção era compartilhada por habitantes de outras regiões do Brasil, reforçando a ideia geral de que Mato Grosso estava distante, nos confins da “nação”, carente de “progresso”.

Diante dessa perspectiva, na era republicana, surgiram políticas para ocupar e integrar “sertões incultos” às “áreas civilizadas”, com o objetivo de difundir a “cultura nacional”. Mato Grosso, enquanto uma fronteira “dyade”⁷, desempenhava um papel de “guarda-costas” das possessões territoriais do Brasil desde o período imperial. Especialmente após a guerra contra o Paraguai, a compreensão de defesa e unidade “ergueu-se sobre a delimitação precisa do território e a imposição de uma ordem jurídica e política homogênea” (MAGNOLI, 1997, p.15). Ou seja, incorporar Mato Grosso à nação tornava-se fundamental para garantir a unidade nacional.

A expansão e integração da fronteira ao oeste ao corpo da pátria, promoveu o “encurralamento” étnico, processo que se intensificou no século XX, devido à construção da ferrovia e das estradas de rodagem, às políticas de colonização da

⁷ Michel Foucher (1991) utilizou-se do termo para compreender a fronteira como espaço que se completa e se antagoniza reciprocamente.

Marcha para o Oeste estadonovista, à expansão da bovinocultura, aos programas estatais de incentivo à instalação de usinas sucroalcooleiras no Pantanal e às plantações de soja no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

A “contingência histórica” levou as etnias mato-grossenses, que antes se encontravam “por todas as partes, desde o extremo sul, onde estavam os caiuás, até as divisas com as terras de Goiás, onde estavam os caiapós” (GUIMARÃES, 1999, p.35), ao confinamento nas reservas indígenas – resultantes de um projeto “claro de colonização e civilização que desconsiderou as especificidades (étnicas, culturais e históricas) dos indígenas e negou-lhes o direito a posse das terras que tradicionalmente ocupavam” (TROQUEZ, 2006, p. 32).

O projeto civilizacional marcado pela dicotomia civilização contra barbáreis, teve reflexo em discursos como do diretor do Museu Paulista, Hermann Friedrich Albrecht von Ihering, que defendeu, em 1911, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o extermínio dos Kaingang em nome da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil. Embasado no modelo evolucionista e determinista, o naturalista alemão condenou “grupos indígenas inferiores” para que a “civilização fizesse o que a natureza tardaria a conseguir”, já que os mesmos desapareceriam pela “mera ação da natureza” (SCHWARCZ, 1993, p. 130-31).

Fato foi que a violência empregada pelos empreendimentos capitalistas não apareceriam na grande imprensa com tanta frequência quanto os ataques de indígenas a acampamentos de trabalhadores da Ferrovia (TRUBILIANO, 2014). Em meio à guerra de informações, fazia-se necessário, aos interesses das Cias, que as notícias relatassem somente os ataques praticados pelos indígenas. Essa situação criou um campo fértil à imaginação do grande público: os “impetuosos” e “incivilizados” índios, habitantes do “sertão bravo”, deveriam ser exterminados. As palavras de João

Francisco Tidei Lima (1978) sintetizam esse contexto: “a construção da ferrovia representou literalmente o fim dos índios caingang” (p.58).⁸

Darcy Ribeiro nos informou que a repercussão nacional e internacional dos conflitos entre trabalhadores da Ferrovia NOB e os Kaingang fez com que o governo federal criasse, por meio do Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais- (SPI/LTN, posteriormente somente SPI), sob a direção do então Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. O objetivo do órgão era proteger os povos indígenas, como parte da estratégia de ocupação do território nacional.

Todavia, a ação do SPI não proporcionou mudanças na mentalidade social em relação ao papel do índio, ainda visto, por muitos, como entrave para o progresso da nação. O fato é que a pacificação e o aldeamento facilitaram o desenvolvimento do rentável mercado de terras desde o oeste paulista até o sul de Rondônia.

III – Considerações finais.

O olhar dos viajantes dos Séculos XIX-XX nos ajudam a compreender as ideias que nortearam as políticas de Estado do recém-instaurado regime Republicano. A estruturação do “ethos” nacional calcado pela “ordem” e “progresso”, buscou o uso de instrumentos civilizacionais, para integrar os povos da floresta ao “corpo da pátria”. O que nos chama mais atenção é que em pleno século XXI signos como índios “preguiçosos”, “indolentes” e “bravios”, entre outros, ainda tem campo fértil no imaginário e na opinião pública nacional. Estamos vivenciando revisionismos históricos perigosos, que atacam frontalmente a Constituição Federal, em especial o artigo 231 que versa sobre as garantias aos direitos originários.

⁸ Atualmente, os índios Kaingang de São Paulo estão aldeados em pequenas reservas no oeste do estado, localizados nos postos de Vanuíre e Icatu, respectivamente nos municípios de Arco-Íris e Braúna. De acordo com o estudo de Silvia Borelli, os conflitos do início do século XX representaram, para os Kaingang paulistas, uma redução populacional de mais de 80%, restando apenas 200 indivíduos em 1916. Para mais informações, ver Silvia Helena Simões Borelli (1984).

Referências

BATISTA CORRÊA, Valmir. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

_____. **Mato Grosso: 1817-1840. E o papel da violência no processo de formação e desenvolvimento da província**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1976.

BORELLI, Silvia Helena Simões. **Os Kaingang no Estado de São Paulo: Constantes históricas e violência deliberada**. In: MONTEIRO, John M. et al. *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankan/Pró-índio, 1984.

BOSSI, Bartolomé. **Viage pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, San Lorenzo y Cuiabá y el Arino tributario del grande Amazonas con la descripcion de la provincia de Mato Grosso bajo su aspecto fisico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales**. Paris, Liv. Dupray Mahérie, 1865. p. 124

CASTELLS, M. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Editora Presença, 1979.

CASTRO, M. Inês M. & GALETTI, Lylia S. G. **Histórico dos usos da biodiversidade em Mato Grosso**. In: Castro, Carlos F. A. (org.). *Diagnóstico do setor florestal em Mato Grosso*, Brasília, 1994.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva**. In: Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CORBIN, Alain. **O território do vazio, a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras.

CORONIL, Fernando. **Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo**. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. 2005

FOUCHER, Michel. **Front set frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. Tese (Doutorado em História), São Paulo: Universidade de São Paulo (USP). 2000.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica.** Campo Grande: Ed.UCDB. 1999.

HOBSBAWM, E. **A Era do Capital (1848-1875).** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

LEFEBVRE, H. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LIMA, João Francisco Tiddei. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru.** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912).** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Moderna: 1997.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso.** São Paulo, Henrique Schroeder, 1869.

NIJS, Ferdinand. **Voyage au Matto Grosso.** *Bulletin de la Société d'études coloniales*, n. 8, aout 1901. p. 525

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo.** Razão e emoção. 2.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá – Notas de um Naturalista.** São Paulo, 1922.

STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942.

STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil Central. Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu.** SP: Comp. Ed. Nacional, 1942.

TROQUEZ, M. C. C. **Professores índios e transformações socioculturais em um cenário multiétnico: a Reserva Indígena de Dourados (1960-2005).** Dissertação (Mestrado História). Dourados, MS: UFGD. 2006.